

RELATÓRIO E BALANÇO

DA

CHENOP

COMPANHIA HIDRO-ELÉCTRICA DO NORTE DE PORTUGAL

S. A. R. L.

EXERCÍCIO DE 1972



SEDE:

**PALÁCIO DO COMÉRCIO
RUA DE SÁ DA BANDEIRA, 517-1.º-ESQ.**

P O R T O



CPE COMPANHIA PORTUGUESA
DE ELECTRICIDADE

DCI - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Data:

N.º 17877

CLASSIF.

EXERCÍCIO DE 1972

Tip. SOCIEDADE de PAPELARIA, Lda.
Rua da Boavista, 375—P O R T O

COMPANHIA HIDRO-ELÉCTRICA DO NORTE DE PORTUGAL

S. A. R. L.

C H E N O P

Rua de Sá da Bandeira, 517 - 1.º - Esq.

P O R T O

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convidam-se os Senhores Accionistas a reunir em Assembleia Geral Ordinária, a realizar no dia 31 de Março próximo, pelas 11,30 horas, no edifício da Sede Social, à Rua de Sá da Bandeira, n.º 517-1.º Esq., Palácio do Comércio, desta cidade, para:

- 1.º Apreciar e deliberar sobre o Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e parecer do Conselho Fiscal, respeitantes à gerência do ano de 1972;
- 2.º Proceder à eleição da Mesa da Assembleia Geral e dos Conselhos de Administração e Fiscal para o triénio de 1973-1975, nos termos do art.º 19.º dos Estatutos.

Porto, 9 de Fevereiro de 1973

O Presidente da Assembleia Geral

a) João Cerveira Pinto

RELATÓRIO
DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas:

Para cumprimento da Lei e de prescrições estatutárias cumpre-nos submeter à vossa esclarecida apreciação o Balanço e Contas referentes ao exercício de 1972, cujos resultados acusam sensível melhoria relativamente aos anos transactos devido ao aumento da emissão total das nossas redes de grande e pequena distribuição e a uma exploração mais conveniente das nossas instalações de produção e de transformação.

Para ligar à rede de 60 kV a Subestação de Alvelos, nos limites da cidade de Barcelos, com a potência inicial de 46 500 kVA, e cuja entrega à exploração está prevista para o outono do ano corrente, estão em montagem as linhas de 60 kV, com a extensão total de 27,400 km.

O transformador de 31 500 kVA adquirido para reforço e reserva da potência instalada na Subestação de Matosinhos entrou em serviço no fim do outono do ano de 1971.

Temos presentemente em construção a Subestação de Lamego ligada à Central do Varosa por uma linha à tensão de 30 kV; nesta Subestação vão ser instalados 2 transformadores com a potência total de 5 500 kVA, 30/5 kV, com regulação em carga, transferidos da Central do Varosa onde foram primitivamente utilizados para fomentar no início a electrificação da província de Trás-os-Montes.

Foi submetido à aprovação da Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos o projecto da linha de 60 kV, com a extensão de 48,500 km que ligará entre si as Subestações do Pocinho (C. P. E.) e Macedo

de Cavaleiros (CHENOP), cuja montagem deverá concluir-se antes do fim do ano corrente.

Entrou já em serviço a instalação de zincagem a quente das estruturas metálicas que utilizamos na montagem das linhas que constituem a nossa rede de grande distribuição. As linhas de alta tensão a estabelecer no futuro serão já equipadas com estruturas metálicas zincadas, prevendo-se para a sua conservação um período de garantia de 25 anos.

Demos o nosso acordo às cláusulas do caderno de encargos da nova concessão do aproveitamento hidroeléctrico do rio Varosa e aguardamos que seja publicado o Decreto outorgando a referida concessão.

Para ampliação das redes de pequena distribuição nos concelhos de Lamego, Régua e Barcelos, foram montados 8 postos de transformação com a potência total de 1 800 kVA. No concelho de Vila Verde continuamos a executar os trabalhos de remodelação das redes e dos postos de transformação existentes e procedemos à montagem de 2 postos de transformação novos com a potência de 113 kVA.

Estão em curso os trabalhos para completar a electrificação total do concelho de Lamego que, tal como o concelho da Régua, será um dos primeiros concelhos rurais em que todos os lugares, pequenas povoações e freguesias, recebem os benefícios da electrificação.

As obras destinadas a garantir a electrificação das regiões servidas pelas nossas instalações de grande distribuição nos distritos do Porto, Braga, Viseu, Aveiro, Vila Real e Bragança, continuam com o incremento necessário para assegurar o abastecimento das instalações de transformação dos nossos consumidores, exceptuando-se os que insistem em manter-se numa situação irregular quanto a direitos e obrigações.

A extensão total da nossa rede de grande distribuição às tensões de 60, 30, 15 e 5 kV, atinge cerca de 4 340 km e a ponta máxima de carga atingiu já no ano corrente 224 000 kW, totalizando 490 000 kVA a potência das unidades transformadoras abastecidas pela referida rede.

*

* *

Analisando o mapa de «Resultados do Exercício» destacamos a verba relativa a remunerações e outros encargos com o pessoal, no montante de 43 470 contos e com um acréscimo de 5 550 contos em relação ao exercício anterior, acréscimo este que não resultou do aumento de unidades de pessoal mas sim motivado pelo ajustamento de remunerações que todos os anos se efectua.

Os «custos» com a exploração, englobando conservação de instalações, substituições de material de equipamento e despesas com o serviço de transportes, foram de 6 700 contos, inferiores em perto de 700 contos aos de 1971, sem quebra, porém, da eficiência dos serviços de exploração e manutenção do material.

Foram feitas as provisões julgadas necessárias para fazer face a encargos fiscais relativos a exercícios anteriores e ainda por liquidar, para a anulação de créditos considerados como incobráveis e, ainda, para quaisquer outros encargos imprevisíveis.

Quanto ao investimento global em immobilizações na conta «Estabelecimento», foi este de 53 100 contos, em resultado da crescente expansão das redes de alta e baixa tensão e do equipamento das subestações.

A situação financeira continuou a conservar-se estável, sem dificuldades de tesouraria, muito embora persistisse certa irregularidade nas cobranças, e os débitos dos nossos clientes atingisse, no fim do exercício, a avultada soma de 110 880 contos.

*

* *

Ao Ex.^{mo} Senhor Delegado do Governo, Dr. Jorge da Fonseca Jorge, queremos expressar o nosso reconhecimento pelo interesse com que acompanhou a nossa actividade e pela esclarecida colaboração que nos prestou em assuntos de natureza delicada.

*
* *
*

Nos termos do artigo 39.º dos Estatutos temos a honra de propor que ao saldo da conta «Lucros e Perdas» de 75 624 904\$29, seja dada a seguinte aplicação:

Dividendo	29 180 357\$20
Fundo de reserva legal	5 000 000\$00
Auto-financiamento	18 000 000\$00
Distribuído por antecipação	20 859 624\$60
Conta Nova	2 584 922\$49
	75 624 904\$29

Manifestamos ao Conselho Fiscal a nossa gratidão pela valiosa cooperação que sempre nos dispensou e exprimimos o nosso grande reconhecimento ao pessoal técnico e administrativo pelo zelo, dedicação e entusiasmo sempre demonstrados.

Porto, 19 de Fevereiro de 1973

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

*Delfim Alexandre Ferreira, representando a
Empresa Têxtil D. Ferreira, S. A. R. L.*

Vogais

*António Manuel Ferreira Braga Júnior, representando a
Fábrica de Estamparia de Lavadores, S. A. R. L.
Manuel Carneiro Geraldês*

BALANÇO
E
RESULTADOS DO EXERCÍCIO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1972

ACTIVO			PASSIVO		
Disponível			Exigível		
Caixa	2 408 863\$10		Juros de Obrigações Vencidos	761 331\$70	
Depósitos à Ordem	62 368 806\$30	64 777 669\$40	Dividendos a Pagar	1 204 899\$41	
Realizável			Obrigações Sorteadas a Pagar	808 000\$00	
Clientes	110 881 697\$70		Contribuições e Impostos a Pagar	14 042 489\$00	
Devedores e Credores (saldos devedores)	11 549 466\$60		Devedores e Credores (saldos credores)	7 868 923\$64	
Fornecedores Gerais (adiantamentos)	9 617 753\$60		Fornecedores Gerais	2 012 479\$00	
Letras a Receber	498 726\$80		Fornecedores de Energia	51 485 305\$20	
Papéis de Crédito	87 324 629\$88		Contas a Regularizar	758 740\$30	
Participações Financeiras	41 348 404\$20		Depósitos de Garantia	3 376 846\$30	
Accionistas	790\$00	261 221 468\$78	Obrigações	35 625 000\$00	117 944 014\$55
Fixo			De Compensação		
Estabelecimento	788 577 620\$81		Reintegrações	179 819 748\$56	
Móveis e Utensílios	1 124 187\$10		Reconstituição do Património	57 443 071\$61	
Amortizações	495 719\$50	628 447\$60	Provisões Diversas	75 144 823\$50	312 407 643\$67
Serviços de Transportes	9 166 535\$65		De Ordem		
Amortizações	7 479 448\$15	1 687 087\$50	Credores por Títulos em Caução	150 000\$00	
Aparelhos e Ferramentas	3 071 323\$20		Cauções Próprias	276 000\$00	426 000\$00
Amortizações	1 648 759\$40	1 422 563\$80	Situação Líquida		
Transitório			Inicial		
Bens Arrematados	2 196 000\$00		Capital	430 000 000\$00	
Estudos e Projectos	4 404 335\$50		Acumulada		
Distribuído por Antecipação	20 859 624\$60		Fundo de Reserva Legal	51 700 000\$00	
Gastos com a Elevação do Capital	2 026 515\$90		Fundo de Reserva Livre	122 151 902\$78	
Amortizações	1 972 868\$60	53 647\$30	Fundo para Estabilização de Dividendos	9 000 000\$00	
De Ordem			Provisão para Auto-Financiamento	27 000 000\$00	209 851 902\$78
Títulos em Caução	150 000\$00		Adquirida		
Devedores por Cauções Próprias	276 000\$00	426 000\$00	Resultados do Exercício	75 624 904\$29	715 476 807\$07
		1 146 254 465\$29			1 146 254 465\$29

O Chefe dos Serviços Administrativos
José Manuel Antunes Ribeiro Vale

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente
Delfim Alexandre Ferreira, representando a Empresa Têxtil D. Ferreira, S. A. R. L.
Vogais
António Manuel Ferreira Braga Júnior, representando a
Fábrica de Estamparia de Lavadores, S. A. R. L.
Manuel Carneiro Geraldês

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

DÉBITO		CRÉDITO	
Energia adquirida	298 849 074\$10	Vendas de energia	537 178 723\$60
Encargos com órgãos sociais	846 565\$30	Rendimentos financeiros	898 011\$20
Remunerações e outros encargos com o pessoal	43 470 043\$30	Rendimentos de bens mantidos como reserva ou para fruição	1 046 820\$30
Encargos fiscais e parafiscais	48 376 870\$40	Ligação, aluguer e verificação de con- tadores	2 536 594\$10
Amortizações e reintegrações	36 966 283\$60	Receitas diversas	2 107 747\$25
Provisões	31 000 000\$00	Remunerações por cargos noutras empresas	60 000\$00
Materiais e acessórios	3 168 646\$70	Saldo do ano anterior	3 071 702\$70
Despesas diversas com a exploração	2 896 033\$10		
Despesas com viaturas	627 459\$70		
Gastos gerais	2 709 433\$06		
Publicidade	11 880\$00		
Juros de obrigações	1 120 200\$00		
Resultados de exercícios anteriores	1 232 205\$60		
Resultados do exercício	75 624 904\$29		
	546 899 599\$15		546 899 599\$15

O Chefe dos Serviços Administrativos
José Manuel Antunes Ribeiro Vale

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente
Delfim Alexandre Ferreira, representando a Empresa Têxtil D. Ferreira, S. A. R. L.
Vogais
*António Manuel Ferreira Braga Júnior, representando a
Fábrica de Estamparia de Lavadores, S. A. R. L.
Manuel Carneiro Gerales*

PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas:

Dando cumprimento à Lei e às prescrições estatutárias, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Balanço e Contas referentes ao exercício de 1972 cujos resultados são uma vez mais e de forma muito nítida o reflexo da forma superior como, tanto no aspecto técnico como no aspecto económico e comercial, a CHENOP explora as instalações do cada vez maior complexo representado pelo estabelecimento da nossa Companhia.

Foi neste exercício, como nos demais, permanente preocupação do Conselho Fiscal actuar de acordo com a determinação dos Estatutos e das prescrições legais correspondentes à sua função. Consequentemente, reuniu o Conselho periodicamente ao longo do ano, quer em reuniões isoladas, quer em conjunto com o Conselho de Administração, sempre que convocado para tal fim; nas primeiras, foi sua preocupação principal o exame e verificação em todo o seu detalhe dos livros e documentação respectiva e simultaneamente a conferência de valores, e sorteios periódicos das obrigações vencidas. Tudo encontramos sempre em perfeita ordem, nomeadamente a escrituração dos livros legais no que diz respeito a datas, tendo recebido como complemento, tanto do Conselho de Administração como dos Serviços da Companhia, todos os elementos necessários e solicitados para cumprimento da nossa missão.

A este respeito e para além dos comentários que nos cumpre fazer no aspecto legal, parece-nos ter perfeito cabimento uma palavra especial dirigida ao Conselho de Administração, dita aliás com toda a sinceridade, de reconhecimento pela preocupação demonstrada uma vez mais ao longo de todo o exercício, em manter o Conselho Fiscal permanentemente ao corrente de todos os factos com qualquer relevância na vida da Empresa.

Não nos parece necessário entrar em considerações no que diz respeito aos saldos das contas dos Balanços e de Resultados, quanto é certo que, conforme determina especificamente o Decreto-Lei

n.º 49 381, estamos em posição de declarar satisfazerem plenamente às disposições estatutárias, o Balanço, Contas de Resultados e Relatório do Conselho de Administração, que nos foram oportunamente presentes.

A este respeito, haverá apenas duas considerações mais a fazer: uma relativa ao que especificamente refere a alínea b) do artigo 35.º do referido Decreto-Lei no que diz respeito à adopção na elaboração e registo das contas anuais dos critérios tradicionalmente seguidos pela Empresa, que verificamos uma vez mais, satisfazerem os referidos requisitos legais em vigor; a outra, a aprovação em reunião conjunta dos Conselhos de Administração e Fiscal de 3 de Outubro p. p., em que foi resolvido, dando cumprimento ao que determina o Decreto-Lei n.º 147/72 de 5 de Maio de 1972, actualizar o valor dos títulos em carteira, próprios e alheios, em função das cotações de 31 de Dezembro e criar uma Reserva de flutuação de valores, para na mesma serem registadas as eventuais alterações.

Nesta conformidade e de acordo com as determinações legais em todos os seus aspectos, foi consequentemente alterado o valor do saldo daquela mesma conta.

Uma palavra mais, muito simples, relativa à expansão da Companhia muito claramente demonstrada nas realizações de carácter técnico a que o Conselho de Administração faz referência no seu Relatório e a que nada temos que acrescentar, e à sensível melhoria, em todos os seus aspectos, da capacidade simultânea de investimento e melhoria de exploração. O que foi a acção do Conselho de Administração na mais ampla acepção do termo, demonstra eloquentemente muito para além do que a este respeito pudéssemos dizer, a crescente grandiosidade e projecção da nossa Companhia, no conjunto das empresas eléctricas nacionais.

Fomos testemunhas, e muito grato nos é termos mais uma oportunidade de o manifestar publicamente, do zelo, capacidade, interesse e dedicação inexcusáveis que o Conselho de Administração dedica à vossa Empresa.

Associamo-nos com todo o prazer às palavras de muito apreço e justo louvor dirigidas ao Ex.^{mo} Sr. Dr. Jorge da Fonseca Jorge, muito ilustre Delegado do Governo, que da mesma forma foi detalhadamente posto ao corrente e sempre se interessou vivamente, pelos assuntos mais salientes, relativos à vida da Companhia.

E para concluir o nosso Relatório, somos de parecer:

- 1.º — Que aproveis o Relatório e Contas do Conselho de Administração;
- 2.º — Que aproveis a sua proposta de distribuição de lucros, indicada nas contas anuais;
- 3.º — Que aproveis um voto de muito merecido louvor ao Conselho de Administração, pela alta competência e extraordinário zelo, com que administrou a Companhia;
- 4.º — Que aproveis também um voto de reconhecimento a todo o pessoal da Companhia, pela dedicação uma vez mais demonstrada.

Porto, 26 de Fevereiro de 1973

O CONSELHO FISCAL

Presidente

José Rodrigo de Carvalho, representando a
Sociedade Industrial de Mindelo, S. A. R. L.

Vogais

Arnaldo Ferreira Gonçalves, representando a
Fábrica de Fiação e Tecidos da Ponte da Pedra —
— *Arnaldo Gonçalves, Ld.ª*
Joaquim Manuel Pacheco de Oliveira Cálem

